

O MODELO ITALIANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ALGUMAS PROPOSIÇÕES PARA A METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Adayr da Silva Ilha¹
Daniel Arruda Coronel²
Fabiano Dutra Alves³

Área Temática: Estudos setoriais, cadeias produtivas, sistemas locais de produção.

Resumo:

O debate e as considerações sobre o processo díspar de desenvolvimento das duas grandes mesorregiões do Rio Grande do Sul, já proporcionaram inúmeros trabalhos tanto no meio acadêmico como no âmbito das políticas de desenvolvimento. No intuito de contribuir para apontar alternativas para superar o processo de estagnação por que vem passando a Metade Sul, este artigo aborda a temática do desenvolvimento regional calcada nos sistemas locais de produção, distritos industriais e clusters. Tendo como exemplo mais famoso e difundido deste processo, o chamado modelo italiano. Nesta perspectiva é demonstrado com base na teoria das economias de aglomeração e na experiência da região denominada, Terceira Itália, formas de articulação dos agentes econômicos para viabilizar um processo de desenvolvimento onde envolva sociedade civil, os agentes públicos e a região como ente catalisador e provedor do crescimento e desenvolvimento sócio-econômico.

Palavras Chaves: Terceira Itália, Metade Sul, distritos industriais

1.INTRODUÇÃO

A história econômica do Rio Grande do Sul, do ponto de vista das disparidades regionais, apresenta uma situação ímpar no Estado, onde as estruturas produtivas e os processos de desenvolvimento econômico se demonstraram totalmente díspares. Dentro deste processo por que vem passando o Rio Grande do Sul, o presente artigo busca apontar alternativas sócio-econômicas dentro desta região e *paripassua* possibilitar novas formas de articulação do processo de desenvolvimento.

Por serem cada vez mais excludentes, as disparidades regionais no Estado, tornaram-se tão notórias e evidentes, que chegaram ao ponto, do Governo Federal implantar uma política própria e especial para a região, através do BNDES.

Políticas regionais para resolver os problemas da Metade Sul começaram a surgir, seja para propiciar uma alavancagem em um ramo ou em outro, ou seja, para fornecer crédito, subsídios de forma geral. O fato determinante é que a região já foi encarada/reconhecida como um problema

¹ Professor da UFSM, Dr. Em economia aplicada pela UFV, pesquisador do CNPQ. adayr@ccsh.ufsm.br

² Mestrando em agronegócio pela UFRGS, bolsista do CNPQ. danielcoronel@mail.ufsm.br

³ Professor da UEMS, mestre em integração latino-americana pela UFSM, pesquisador do CNPQ. Fabianofda@uems.br

regional. Neste contexto, esta problemática sócio-econômica da Metade Sul leva a região a reivindicar políticas e planos que potencializem suas atividades econômicas e passem sobremaneira a revitalizar seus setores produtivos, seja agregando valor ou diversificando-os.

Dentro deste cenário o objetivo principal deste artigo é demonstrar que é possível apontar uma alternativa de reconversão econômica para a Metade Sul, a partir do referencial teórico sobre o modelo de desenvolvimento utilizado na Terceira Itália, região que passou por um amplo processo de reestruturação produtiva, para só assim sair da estagnação. Com base nestas proposições o artigo buscará nas características da Metade Sul buscar elementos que refutem ou corroborem para implantação de atividades sustentadas nos ditames do modelo italiano, que são os chamados sistemas locais de produção, distritos industriais ou clusters.

Para o desenvolvimento deste artigo, além desta introdução tem-se o item dois que trata da experiência regional do modelo italiano (Terceira Itália), onde é realizada uma distinção entre distritos industriais, clusters e sistemas locais de produção. O item três demonstra como é desenvolvida as articulações dos distritos industriais na conjuntura sócio-econômica da região denominada Terceira Itália. O item quatro traz à baila, a perspectiva de aplicação do modelo italiano, bem como as principais dificuldades de aplicação do modelo, respeitando, é claro, as características da Metade Sul. Por fim realizam-se as considerações finais, acenando para uma diversificação produtiva e maior ligação com setores propulsores do desenvolvimento, principalmente atividades que agreguem valor a produção.

2. EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA TERCEIRA ITÁLIA

Na área do desenvolvimento regional, a experiência italiana, é ponto de partida como a primeira práxis da teoria que venho a cabo e que realmente teve efeitos significativos, para contextualizar este exemplo, este tópico caracteriza inicialmente a constituição do território e a organização administrativa da Itália, para depois, entrar no estudo da terceira Itália.

A Itália tem 301.302 km², aproximadamente o equivalente aos Estados de Santa Catarina e Paraná. Sua população é de mais de 60 milhões de habitantes com uma densidade demográfica de 192 hab/km² ⁴. A organização administrativa italiana ⁴ é composta de: a) governo Central (Parlamentarista); b) vinte regiões e noventa e cinco províncias.

⁴ Dados compilados a partir do Seminário Catarinense de Desenvolvimento (1995).

A administração governamental territorial italiana tem como principais competências, abaixo do Governo Central: a educação básica; o planejamento e a execução da infra-estrutura urbana integrada ao planejamento dos municípios.

Na província, a educação superior, o meio ambiente e o planejamento infra-estrutural integrado da microrregião fica por conta dos municípios da província.

Assim nota-se que a eficiência produtiva e competitiva é uma função sistêmica de um conjunto de atividades que custeiam a sociedade, como a educação e capacitação de capital humano, ou seja, a possibilidade de uma infra-estrutura adequada que visa facilitar o desenvolvimento produtivo e empresarial.

Nesse sentido, o Estado e as administrações públicas locais têm a possibilidade de intervir na implantação das políticas e consecução de metas coletivas, possibilitando a planificação de desenvolvimento econômico e esse entorno de serviços, pois a produtividade em um sistema ancorado no território passa a depender fortemente da força cooperativa entre os agentes. (Urani et al, 1999, p. 25).

Com relação à região, a legislação se dá no âmbito regional das províncias vinculadas, ocorrendo também à consolidação e viabilização dos planejamentos infra-estruturais das províncias e a política para pequenas e médias empresas (aziendas).

Para uma boa visualização das regiões, tem-se na Tabela 1, que demonstra a descrição das regiões da Itália.

Tabela 1- Divisão Regional Italiana

| Região | Capital regional |
|-----------------------|------------------|
| Piemonte | Torino |
| Valle D'áosta | Aosta |
| Liguria | Gênova |
| Lombardia | Milão |
| Trentino Alto Adige | Bolzano e Trento |
| Veneto | Veneza |
| Friuli Venezia Giulia | Trieste |
| Emilia Romagna | Bologna |
| Marche | Ancona |
| Toscana | Florença |
| Umbria | Perugia |
| Lazio | Roma |
| Campania | Nápoles |
| Abruzzo | Aquila |
| Molise | Campo Basso |

| | |
|------------|-----------------|
| Puglia | Bari |
| Basilicata | Potenza |
| Calabria | Réggio Calábria |
| Sicília | Palermo |
| Sardenha | Cagliari |

Fonte: ISTAT, Instituto Nomisma, apud I Seminário Catarinense de desenvolvimento. (1995).

Antes de avançar na caracterização da região denominada Terceira Itália, é conveniente identificar o surgimento do nome Terceira Itália.

Este nome derivou-se da divisão de regiões pelos seus respectivos desempenhos econômicos, onde o noroeste tradicionalmente rico era denominado de primeira Itália, mas passava por uma crise profunda. O Sul de pouco progresso era denominado de segunda Itália. E a região do centro e do nordeste, mostrava-se em crescimento, através de aglomeração de pequenas firmas, sendo denominada então de terceira Itália. (Schimtz 1997).

Contudo foi a partir dos anos 70 e 80, que várias regiões do mundo passaram a demonstrar um intenso e dinâmico processo de desenvolvimento econômico e social. Mesmo por que anteriormente a década de 70, o modelo de desenvolvimento italiano baseava-se em uma hegemonia exercida por setores de ponta do capitalismo deste país, este capitalismo de ponta tinha como base as grandes indústrias e empresas multinacionais, o que aprofundava os desequilíbrios econômicos e sociais entre as regiões.

Sobretudo a partir dos anos 70 e 80, os distritos industriais, passaram a ser estudados mais a fundo, principalmente no que diz respeito a suas inter-relações, foram denominados de clusters. Por outro lado muitos autores como Schimtz (1997), Lastres et al (1999), Sousa (1992), denominam este processo de desenvolvimento como sendo um sistema local de produção. Mas o fato é que o exemplo mais famoso e difundido deste modelo é precisamente o modelo italiano da chamada Terceira Itália, que se fundamenta no complexo produtivo dos seus distritos industriais, clusters e até mesmo Sistemas Locais de produção, estas são as formas que mais são utilizadas para determinar os agrupamentos de Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

Para um melhor esclarecimento sobre estes três conceitos que comumente encontra-se nas obras que tratam do tema Terceira Itália, será identificado cada conceito.

2.1 Distritos Industriais, Clusters ou Sistemas Locais de Produção

Defini-se Clusters como aglomerações industriais localizadas em regiões específicas, que possuem um forte poder de inovação, seja tecnológico ou mesmo organizacional.

Clusters são concentrações geográficas de companhias e instituições interrelacionadas em um setor específico, englobam uma gama de empresas e outras entidades importantes para a competição, incluindo, por exemplo, fornecedores.

Muitas vezes, os clusters se estendem para baixo na cadeia produtiva até os consumidores, e lateralmente até manufaturas de produtos complementares e na direção de empresas com semelhantes habilidades, tecnologias ou mesmo insumos.

Finalmente, muitos clusters incluem órgãos governamentais e outras instituições, que promovem treinamento, educação, informação, pesquisa e suporte técnico. (Porter 1998).

Com relação aos distritos industriais, estes são fundamentalmente determinados pelo processo histórico e pelas características da região, que como os clusters levam em conta as relações sociais, só que de uma forma mais informal.

Para Galvão e Cocco (2001, p. 13) “O distrito industrial é uma entidade sócioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico”.

Do ponto de vista econômico pode-se constatar que:

Distrito industrial e clusters são algumas vezes intersubstituíveis, mas vale a pena recordar que, embora um distrito industrial seja sempre um cluster, o inverso nem sempre é verdadeiro. Desde Marshall⁵, todos os analistas que utilizam o termo distrito industrial querem com isso dizer que uma profunda divisão do trabalho se desenvolveu entre as firmas; na maioria das análises contemporâneas, o termo também implica a existência de cooperação. Uma vantagem de usar o termo cluster é que ele se refere apenas a uma concentração setorial e geográfica de firmas. (Schimtz, 1997, p. 173).

Parte-se, assim para a definição de que os distritos industriais têm uma organização de auto ajuda ativa entre os governos regionais e municipais apoiadores, o que de certa forma é traço marcante neste modelo de desenvolvimento.

Sobre os sistemas locais de produção, não se pode generalizá-los em relação aos distritos industriais e clusters, pois os sistemas locais podem, muitas vezes, ser dinamizadores de uma região, mas não necessariamente serem formados por aglomerações de PMEs, como é o caso dos Distritos industriais e muitas vezes pode não existir as inter-relações que caracterizam os distritos industriais.

⁵ Marshall em fins do século XIX cunhou o conceito de distrito industrial, este conceito deriva de um padrão de organização comum à Inglaterra, no período mencionado anteriormente, no qual as firmas localizavam-se geograficamente em clusters, em geral na periferia dos centros produtores. (Lastres et al, 1999). Para maiores detalhes sobre a obra de Marshall ver Princípios de Economia. 1982.

Mais recentemente, diversas foram às contribuições da literatura que se propuseram a discutir o caráter localizado do desenvolvimento econômico bem como sua relevância.

Destacam-se, nesse sentido, as grandes assimetrias em termos da distribuição espacial das empresas e da produtividade. No entendimento de Lastres et al (1999, p. 55) “Desde a década de 80, análises de diversas experiências têm demonstrado o dinamismo tecnológico e o potencial de desenvolvimento inerente a diversos tipos de arranjos, em especial de PMEs localizadas em um mesmo espaço regional”.

Distritos industriais, Sistemas Industriais Locais ou clusters, não convém se apegar a um conceito intrínseco, vale sim, entender e procurar as variáveis e principais vetores, que de certa forma dinamizaram as políticas regionais e propiciaram o desenvolvimento econômico na região central e nordeste da Itália, mais conhecida como terceira Itália.

Lastres et al (1999, p. 55) ainda coloca que “O caso da Terceira Itália é ilustrativo, pois esta região é caracterizada por um grande número de distritos industriais e PMEs, (...) organizadas em cooperativas promovidas por governos locais e apresentam um alto grau de coordenação cooperativa”.

Para fins deste estudo, estes termos serão utilizados com o mesmo sentido, ou seja, para explicar o processo de desenvolvimento, ocorrido na região chamada de terceira Itália, proporcionando assim uma melhor abordagem do processo de inserção e dos efeitos que este estilo de desenvolvimento refletiu sobre esta região que estava em processo de declínio tanto em termos sociais como econômicos, assim como se apresenta hoje a Metade Sul do Rio grande do Sul. Funcionando desta forma com um ponto para a análise comparativa deste artigo. Para todos os efeitos este estudo vai abordar este desenvolvimento regional, através do termo distrito industrial, opção realizada em virtude deste ser o termo de maior utilização quando se trata do tema Terceira Itália.

2.2. Características dos Distritos Industriais da Terceira Itália.

Antes de discutir sobre as características dos distritos industriais, deve-se ressaltar que o modelo de desenvolvimento antes determinante na região era o fordista⁶.

Nesse sentido o modelo de desenvolvimento que existia anteriormente na região denominada terceira Itália baseava-se em uma hegemonia exercida por setores de ponta do capitalismo italiano, o que aprofundava os desequilíbrios econômicos e sociais entre as regiões. A partir da crise deste modelo

⁶ Para maiores informações sobre as relações de trabalho neste modelo na região italiana ver Paiva (2002) e Putnam (1996).

de produção no princípio dos anos 70, surge a possibilidade de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico⁷, que visa a flexibilidade econômica e social.

A oportunidade de novas formas de produção, associadas à necessidade das regiões mais pobres de adotarem estratégias para o seu desenvolvimento e propiciar renda e emprego para as suas populações, levaram a constituição de economias de aglomeração, (distritos industriais).

No que diz respeito às modalidades de desenvolvimento regional é necessário averiguar como se deu a passagem de um modelo de desenvolvimento ocorrido nos anos 50 e 60, que tinha como traço marcante os desequilíbrios regionais, mas que como um novo paradigma, surge um novo modelo, que implica não só em novos rumos para o desenvolvimento, mas também em novas possibilidades sócio-econômicas para as regiões favorecidas. No entendimento de Garofoli (1993, p. 51) “passou-se de um modelo de desenvolvimento que utilizava a concentração produtiva a nível territorial para um processo de relativa difusão do desenvolvimento”. A consolidação deste modelo está fortemente associado a identidades regionais/locais e passou a valorizar as vocações disponíveis na região, a sua cultura, a sua formação profissional etc.

Nesse sentido, as economias de aglomeração são, por sua vez, a conseqüência de relações intensas entre as empresas locais, estas ampliam a divisão do trabalho, permitindo uma especialização produtiva cada vez maior, a introdução de novas tecnologias e uma maior eficácia do sistema local, leva a um custo unitário de produção ou a um aumento da produção, possibilitando assim ampliar os mercados a níveis nacional e internacional, determinando uma diminuição dos custos de acesso aos mesmos (Courlet, 1993).

Sousa (1992) analisando a obra de Piore e Sabel⁸, verificou as formas de organização que tornaram possível a flexibilidade no uso de recursos observada nesses distritos. Dentro desta perspectiva pode-se distinguir 3 tipos de sistema nestes distritos industriais: a) o municipalismo – constituía a forma predominante no caso de pequenas unidades de produção; b) capitalismo do bem estar ou paternalismo – tinha um caráter voltado mais para as melhorias sociais; e c) sistema familiar ou “Sistema Motte” – é pré-determinado por uma organização de produtores, tendo como base a aliança informal.⁹

⁷ Modelo caracterizado por sistemas locais de produção, ou seja, seus distritos industriais de produção. Localizavam-se mais precisamente na chamada terceira Itália. Garofoli (1993).

⁸ PIRE, M. J. & SABEL, C.F. **The Second industrial divide: Possibilities for prosperity**. New York, Basic Books. 1984.

⁹ Para ver mais sobre os tipos de sistemas nos distritos industriais, ver (Sousa, 1992,p. 319-322).

Estes foram os antecedentes mais próximos dos distritos industriais, ou seja, podem ser entendidos como a gênese dos distritos industriais do século XX.

No que diz respeito aos distritos atuais, eles podem ser caracterizados, quanto a região, cultura, formação profissional etc. Dentre as principais características dos distritos industriais do século XX Schimtz (1997, p. 175) coloca: a) a proximidade geográfica e especialização setorial; b) predominância de firmas de tamanhos pequeno e médio; c) colaboração estreita entre as firmas; d) competição entre a firma baseada em inovações tecnológica; e) identidade sócio cultural que favorece a confiança; f) organização de auto-ajuda ativas; e g) governos regionais e municipais apoiadores.

A consolidação dos distritos industriais italianos, sobretudo, esta vinculada as suas principais características, que associam as identidades locais e passam a valorizar as vocações disponíveis na região. Outro fator para a consolidação dos distritos industriais italianos é a forte associação que existe entre identidades regionais locais. Fato que passa a valorizar as vocações disponíveis na região, sua cultura e sua formação profissional (Torres, 2000). Desta maneira o modelo antigo de desenvolvimento não obtém mais os grandes níveis de desenvolvimento e produção.

Nesta perspectiva, Garofoli (1993, p.54) menciona que:

Entram em crise o modelo das megaestruturas, que se manifestam como excessivamente rígidas; por outro lado desenvolve-se sempre o maior modelo das microestruturas (a pequena empresa, a cidade de pequena-média dimensão, etc.). Privilegia-se, pois, a base sobre as potencialidades e sobre as condições específicas de várias formações sociais territoriais; utilizam-se e valorizam-se progressivamente os recursos locais.

No entendimento de Gerry (2001, p. 9) “Um território que já dispõe de um certo dinamismo econômico, transforma-se em área de produção especializada, através da forma sócio-econômico da região”. Nesta perspectiva com base em Courlet (1993) Galvão e Cocco (2001) verificou-se uma tendência de crescimento do setor de serviços na região da Terceira Itália, sendo que o setor industrial manteve sua margem de atuação constante, grande parte deste desempenho pode ser considerado graças aos distritos industriais que mantiveram uma constante no seu crescimento.

Crescimento este que se fundamenta na flexibilização da produção, na visão de Courlet (1993, p. 13) “A flexibilidade baseia-se na densidade das relações entre empresas e na pequena dimensão de numerosas PME que participam da divisão do trabalho em um distrito industrial”.

Assim o processo de descentralização econômica ocorrido na Itália primou por uma maior flexibilidade produtiva, valorizando as potencialidades disponíveis nas regiões. Urani (1999) baseado na idéia de Garofoli lembra que esse modelo de desenvolvimento alternativo foi espontâneo e baseou-se na pequena empresa. É, portanto no final da década de 70 na região da terceira Itália, que nota-se um

progresso econômico visível e pautado no conceito de distritos industriais, sendo que mais tarde este desenvolvimento tornou-se fonte de estudos para diversos formadores de políticas públicas.

.3. O Desenvolvimento Regional Dentro da Ótica dos Distritos Industriais

Um fator que se mostrou determinante para o desenvolvimento deste modelo de produção foram às relações sociais, tanto entre as firmas, como entre os governos, ou seja, entre a sociedade em geral. Nesse sentido o desenvolvimento regional da Terceira Itália, foi perseguido a nível local, pois propicia um salto em direção á produção de bens de maior valor agregado (Botelho, 1998).

A Itália por ter uma tradição, democrática decorrente de instituições republicanas, possui densas relações sociais, onde predominam as ligações horizontais, não hierárquicas, favorecendo a participação, a colaboração e o associativismo, que formaram uma base social na qual se desenvolveram os distritos industriais da terceira Itália. (Galvão, 2000 e Putnam , 1996)

Para completar esta idéia Galvão (2000, p.8) salienta que “Especialmente na região de Emilia Romagna, a influência dos partidos de esquerda proporcionou o associativismo e a formação de potenciais líderes políticos e empresários, sendo de grande importância para o processo de desenvolvimento dos distritos industriais”.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a característica predominante dos distritos industriais, fica pautada no surgimento e crescimento de uma rede de pequenas empresas especializadas por etapas do processo produtivo, e integradas entre si, o que potencializa as economias de aglomeração. As políticas de desenvolvimento regional têm mudado ao longo das últimas décadas, priorizando, cada vez mais, o processo de desenvolvimento em nível local, ou seja, são priorizadas intervenções endógenas (Bandeira, 2000).

Na Itália os distritos conseguem assim, potencializar Pequenas e Médias Empresas (PMEs), propiciando geração de postos de trabalho, além de empreendimentos empresariais de pequeno porte. Para Courlet (1993 e 3) “Determinadas configurações de redes de PMEs podem garantir capacitação competitiva e maior eficiência (derivadas de ações conjuntas e de arranjos coletivos) para as empresas que as formam, possibilitando um desenvolvimento sócio-econômico vigoroso”.

Assim, o processo de descentralização ocorrido na Itália primou por uma maior flexibilidade produtiva, valorizando as potencialidades disponíveis nas regiões. Conforme Garofoli (1993, p.58) “(...) este modelo de desenvolvimento alternativo que ocorreu na Itália foi espontâneo e baseou-se na pequena empresa”. No que tange a flexibilidade produtiva em termos de desenvolvimento regional, em

particular da dinâmica dos distritos industriais sustenta que a aglomeração de pequenas empresas, é o que lhes permite obter eficiência coletiva.

Essas PMEs agrupam-se constituindo uma estrutura integrada verticalmente, com alto grau de especialização por empresas e com intensa colaboração e complementaridade nas suas fases do processo produtivo.

Pode-se dizer que, com base na crescente divisão do trabalho, existe alta flexibilização das empresas (e também no interior do sistema) o que, de certa forma, torna crescente a especialização produtiva em termos de empresas. Para Garofoli (1993, p. 61) “Tudo isso foi consequência da crescente divisão produtiva e de uma ampla e eficaz estrutura de interdependência entre as empresas do sistema, seja a nível local, seja a nível nacional”. Essa modalidade de produção baseada nos distritos industriais tornou-se predominante na região Central e Nordeste da Itália principalmente por decorrência de três motivos:

- a) a adequação a mundialização, pois neste contexto o mercado fica mais aberto e imprevisível não sendo totalmente controlado;
- b) a cooperação intensa e a troca de informações asseguram a introdução rápida de inovações tecnológicas no processo produtivo; e
- c) não necessidade de grande capital para participar do processo produtivo¹⁰.

A este respeito Galvão e Cocco (2001, p. 4) colocam que “O modelo de desenvolvimento dos distritos industriais italianos, fundamentado nas redes de PMEs, tem sido apontado por alguns autores como uma das alternativas possíveis de superação do modo de produção fordista de produção”. A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes, bem como de comunicações. (Abramovay, 2001).

Mesmo com esta série de pontos favoráveis, no passar da história, sempre encontra-se alguma dificuldade, na experiência destes distritos não é diferente, alguns sucumbiam no processo evolutivo, outros estagnaram ou simplesmente deixaram de existir. Atualmente alguns distritos passam por uma série de reformas estruturais para enquadrarem-se no novo paradigma, que é a globalização.

Mesmo entre os distritos industriais da Itália, existem aqueles que operam em condições de países subdesenvolvidos (baixos salários, fraudes fiscais, etc), o que coloca em xeque a defesa dos distritos industriais como “novos centros de crescimento do sistema mundial”.(Botelho, 1998). Como corolário desta argumentação, Amin & Robins *apud* Botelho (1998, p. 119) colocam “(...) o fenômeno da

¹⁰ Para maiores informes ver Urani et al, 1999.

globalização opera no sentido de subjugar as iniciativas de desenvolvimento em nível local”. Nesse sentido as PMEs não podem ficar esperando os resultados deste processo de integração ou quem sabe? Processo de exploração. Inexoravelmente estas PMEs devem reivindicar políticas que enfatizem o desenvolvimento local, para assim potencializá-las para o mercado mundial.

Desta maneira Galvão e Cocco (2001, p. 2) colocam que “As PMEs, podem, constituir trajetórias econômicas dinâmicas e bem sucedidas, desde que dispostas em redes num meio ambiente propício à consolidação de externalidades positivas”.

Com base nesses entendimentos, verifica-se que as PMEs, são sobremaneira uma projeção particular, mas com uma determinação fundamental que é a presença de um modelo de organização industrial e de desenvolvimento regional, que sob o ângulo do mercado, se apresenta diferentemente da grande empresa verticalizada, que esta engajada na produção em massa. Essa industrialização sustentada nos distritos industriais e formada por PMEs, não são somente um estado de fato, são sobretudo um processo de desenvolvimento.

Conforme Sousa (1992, p. 334) “Distritos formados a partir de PMEs e contando com o apoio de instituições públicas podem representar o núcleo em torno do qual se organiza a economia de uma região, contribuindo para uma certa estabilidade em termos de emprego e renda”. A este respeito convém ressaltar que:

Emerge, desse modo, um modelo de desenvolvimento fundamentado nos recursos locais, que implica a redução da “drenagem” de recursos de outras regiões o que elimina a necessidade de recorrer a um setor fraco para assegurar a necessidade da força de trabalho e de outros recursos para o setor avançado do sistema econômico, em consequência, cessam de aumentar os desequilíbrios regionais; cessa de operar, em síntese, o mecanismo de funcionalidade do subdesenvolvimento em direção ao desenvolvimento econômico. (Garofoli, 1993, p. 54).

A partir destas observações a respeito dos distritos industriais entende-se que eles propiciaram uma nova alternativa ao modo de produção da região denominada Terceira Itália, melhorando consideravelmente a renda e as condições sociais da população em geral, além de dinamizar a economia local.

Pelo fato de ser um exemplo mundialmente conhecido, tentar-se-á verificar a possibilidade de aplicação do modelo para a Metade Sul, não necessariamente nos mesmos moldes, mas sim na sua essência, que é o apoio governamental, às economias de aglomeração devido a concentração populacional e, sobretudo as relações sociais locais.

4.. A Perspectiva de Aplicação do Modelo Italiano

As possibilidades de efetivação de políticas públicas afinadas com a experiência da Terceira Itália encontram grandes desafios para a aplicação, tanto em termos gerais, como específicos, para o caso dos países em desenvolvimento, mais precisamente para o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Além de existir poucos trabalhos científicos nesse sentido, os que existem, privilegiam sobremaneira aspectos sócio culturais, históricos e institucionais, o que de certa forma não podem ser visto nem transplantado para outra região, portanto não é enfatizado o estudo semântico do processo de produção dos distritos industriais italianos. Outros estudos, apontam para o caráter espontâneo das relações em PMEs, fato que deixa as políticas públicas com as mãos amarradas, pois elas só poderiam alavancar o processo de produção em distritos industriais já instalados e com uma base sólida.

Com relação a este caráter espontâneo das PMEs, pode-se notar que este processo pode ser visto como atípico de concentração de capital onde a federação¹¹ assumia as funções e vantagens competitivas próprias. Trata-se, portanto, de uma espécie de socialização das vantagens em um processo inteligente de conglomeração, propiciando que as regiões funcionassem como elemento catalisador das oportunidades que a coletivização e a cooperação representavam. (Sousa, 1992).

A aplicabilidade do modelo para o caso da Metade Sul, não pode ser vista como uma singularidade do modelo italiano. Deve-se procurar elementos chaves, ou seja, elementos determinantes deste modo de produção, que a *priori* esteja instalado na organização sócio-produtiva, propiciando assim uma base de informações que resulte numa aplicação em termos gerais.

Apesar da multiplicidade de diferenças em terminologia, enfoque, cobertura e realidades estudadas, o ponto geral que surge desse debate europeu é o de que a competitividade das firmas analisadas não pode ser apanhada analisando-as individualmente. Sua força vem de economias externas incidentais e de ações conjuntas e deliberadas, ambas facilitadas pela formação de clusters. (Schimtz 1997, p. 175)

Galvão e Cocco (2001) ao analisarem a obra de Gurisatti, verificam que a singularidade do modelo “distritual” não pode ser encontrada no plano geográfico ou histórico. Contextualizando o modelo italiano dos distritos e das redes, pode-se dizer que este não constitui uma trajetória absolutamente peculiar.

¹¹ Era uma estratégia, para mobilizar a capacidade coletiva para projetar novos produtos e processo, o que lhes garantia acesso cada vez mais independentes aos mercados.

Nesse sentido, sabe-se que existe exemplo bem sucedido de redes de pequenas empresas ou melhor dizendo clusters que apresentam fortes relações com suas bases locais. Estes exemplos naturalmente possuem características e especificidades próprias, relacionadas a contextos sócios culturais distintos. Dentro deste paradigma os distritos industriais ou clusters podem ser encontrados em países em desenvolvimento e até mesmo com relativa freqüência em situações bem sucedidas.

Estatísticas não estão disponíveis para este propósito, mas um panorama foi reunido com base em exemplos encontrados. E a principal conclusão foi que a formação de clusters parece comum em um amplo espectro de países e setores, onde alguns clusters na América Latina e na Ásia adquiriram grande profundidade em termos de concentração e de fornecedores especializados e entidades de apoio.(Schimtz , 1997)

Galvão e Cocco (2001, p. 5) “Também evidenciam exemplos de clusters setoriais em países periféricos que guardam semelhanças com os distritos industriais italianos”.

Nestas regiões, as redes de PMEs, impulsionaram o crescimento dinâmico da economia, e apresentam-se como um modelo de produção industrial distinto do padrão de desenvolvimento consolidado no pós-guerra, reconhecido por muitos autores¹² como “fordista”.

Encontram-se, nestes contextos sócio-econômicos, elementos que confirmam uma diferenciação da organização produtiva típica da grande indústria fordista. Tais elementos referem-se às novas relações entre a fábrica e o território, entre as forças de trabalho e a sociedade, entre os serviços e os usuários, entre a produção e o consumo. Novas relações, mais sutis também podem ser percebidas entre local de trabalho e local de moradia, entre tempo de trabalho e tempo de formação profissional, entre trabalho formal e trabalho autônomo etc.

O modelo dos distritos industriais italianos mostra, também, que a emergência dos novos modos de produção está intimamente ligada à constituição de formas de cooperação sócio-produtiva que no caso do fordismo não acontecem e nem são buscadas como determinantes do modo de produção.

As marcas territoriais hoje no Continente Europeu, não podem ser vistas como simples manipulação protecionista, mas como parte da construção de um complexo mecanismo institucional de transmissão de confiança entre atores de segmentos sociais de segmentos muito diversificados. (Abramovay, 2001). É nesse sentido que se deve pensar em reproduzir este modelo, pautando **as ações entre instituições** e empresas, dando um *aport* que possibilite uma inserção no mercado, sobretudo com respaldo das três esferas governamentais. (Putnam, 1996)

¹² Schimtz (1997); Galvão e Cocco (2001); Guerry (2001), Urani et alli (1999), Putnam (1996)

4.1. As Dificuldades do Modelo Italiano Para a Metade Sul

O desenvolvimento vinculado a distritos industriais, já teve políticas voltadas nesse sentido, tem-se o exemplo bem sucedido do Vale dos Sinos, Pólo petroquímico da grande Porto Alegre, mas não se pode esquecer que estes distritos encontram-se na Metade Norte do Estado.

Na Metade Sul existem os distritos industriais de Santa Maria, Bagé e Rio Grande, mas nenhum tem grande significado para a economia destas cidades. No caso de Rio Grande, na década de 70 e início dos anos 80, parecia concretizado um distrito industrial para a região Sul, mas no decorrer dos anos o distrito não se concretizou. (Verschoore Filho, 2000).

Para identificar elementos determinantes para a formação de um distrito na Metade Sul, seria necessário, fazer um contraponto da Mesorregião Metade Sul com a Terceira Itália, assim pode-se verificar principais atores e conforme coloca (Gerry, 2001) entender a formação do território.

Para Galvão e Cocco (2001, p. 6) “destaca-se três elementos de mudança que nos distritos industriais estão particularmente visíveis. São eles: (i) as relações entre a produção e o território; (ii) as relações entre produção e cidadania. (iii) as relações entre os atores produtivos e a emergência do empresário político ou empresário coletivo”.

As relações produção território na Metade Sul, são baseadas historicamente na agropecuária e efetivamente nenhuma cidade apresenta um respaldo industrial significativo atualmente.

A produção agropecuária remete ao problema da estrutura fundiária, que leva a concentração de renda, tendência do não empreendedorismo, entre outros. Do ponto de vista da estrutura fundiária, cidades onde predominam as grandes pastagens, não possibilitam as economias de aglomeração.

Na Metade Sul predominam as grandes propriedades, desde 1940 a região não apresenta grandes modificações, por outro lado 80% dos pequenos estabelecimentos situam-se na Metade Norte, (Sehn, 1999).

Esta parece ser uma das barreiras mais complicadas a serem superadas para a implantação do distritos industriais.

O modelo de desenvolvimento implementado ao longo dos anos no Rio Grande do Sul tem ampliado as desigualdades regionais que se caracterizam pela concentração em grau cada vez maior da população e da renda em algumas áreas, enquanto que em outras agravam-se os problemas estruturais da economia gerando perdas populacionais, empobrecimento e perda da qualidade de vida. (Secretaria de Coordenação e Planejamento, 1999, p. 4)

Com relação a produção e a cidadania, volta-se a cair num outro grande dilema da região, ou seja, é quase que nula a participação da sociedade civil nas políticas governamentais. Este fato também tem

uma determinação historicamente ligada aos latifúndios, onde as políticas regionais tinham um cunho setorialista, voltadas para a base produtiva da região beneficiando quase que exclusivamente os grandes proprietários deixando à margem o resto da população. Isto parece ser um fato marcante na região pois é muito raro encontrar grupos organizados que reivindiquem alguma política pública ou mesmo ações de cunho setorial.

A este respeito Soares (2000, p. 3) diz que “As políticas estatais sempre beneficiaram os mesmos grupos políticos que se apropriam da renda regional durante os anos de desenvolvimento, seja através de incentivos fiscais ou outra ajuda econômica”.

A atividade rural não utiliza muita mão-de-obra, a que mais emprega é a lavoura do arroz atualmente. É necessário recuperar a rede urbana, este é um ponto fundamental para recuperação regional em termos econômicos. (Alonso, 2001).

Desta maneira nota-se que os cidadãos da Metade Sul necessitam e muito se organizar, aproveitando todas as iniciativas possíveis, como por exemplo o Orçamento Participativo, que é realizado por assembleias através dos Coredes¹³. Outra dificuldade da região, esta norteadada na atuação da elite da Metade Sul, que dá respaldo para as políticas nacionais que nada mais são do que o *locus* do próprio fracasso do processo de desenvolvimento da região. (Schuch, 2001).

Conforme Bandeira (2000, p. 26) “(...) a falta de participação da sociedade civil, tem sido apontada como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos”.

Portanto, uma grande dificuldade é sensibilizar a comunidade local sobre os distritos, desta maneira se não houver esta sensibilização, o suporte sobre a importância e pertinência dos distritos não apresentara cooperação e, fatalmente, não se consolidará a idéia de um distrito industrial.

No entendimento de Schimtz (1997, p. 178) “Clusters em países em desenvolvimento tendem a estar associados com alguma forma de identidade sócio-cultural comum”.

Nesta perspectiva encontra-se dificuldade nestas relações da sociedade civil para com os distritos industriais ou qualquer outra idéia, mas acredita-se que um projeto de desenvolvimento pode vir a devolver a auto-estima da região, que esta carente de um plano que engaje toda a Metade Sul para uma reformulação da base produtiva.

Galvão (2000) enfatiza a formação de instituições (públicas ou privadas) que envolvam a comunidade nas decisões econômicas.

¹³ No capítulo 4 é abordado a questão dos Coredes.

E como ficou comprovado na análise dos distritos italianos, se não houver um traço cultural que possibilite a aceitação do distrito e este esteja, de certa forma, vinculado com a região, torna-se mais complicado a implantação deste. Por fim, tem-se as relações entre os empresários, os governos e demais atores envolvidos na produção, ou seja, são as relações entre o público e privado

Conforme aponta Putnam (1996) O modelo da Terceira Itália fundamentava-se em uma forma intermediária de organização de produtores, tendo como base a aliança informal e apoio dos governos.

Do ponto de vista neo-shumpeteriano¹⁴ deve-se utilizar uma política industrial ativa, onde o Estado é um importante agente para o desenvolvimento especialmente em industrializações tardias, proporcionando assim uma competitividade fortemente relacionada na construção de vantagens comparativas. (Botelho, 1998).

Por apresentar pouca atividade industrial na região, torna mais morosa a atuação do governo nesse sentido, para piorar vai de encontro com a base política de muitas regiões bem como de encontro com o setor econômico dominante de muitas cidades da Metade Sul.

Já o empresariado, tradicionalmente conservador, não está propenso a correr riscos e dificilmente encontra-se organizado em instituições ou em algum tipo de cooperativa.

Por sua vez o Estado está investindo pesadamente em políticas para diversificar a base produtiva, que vem inclusive de encontro com a idéia de distritos industriais.

O projeto de desenvolvimento da Frente Popular apoia-se no que denomina de Sistemas Locais de Produção, já existentes, procurando integrar sua integração, estimular os elos mais fracos das cadeias produtivas, assim como modernizá-las no seu conjunto. Aposta também na cooperação de pequenas empresas através da formação de redes de comercialização de seus produtos, compra de insumos e desenvolvimento tecnológico, tendo este amplo apoio de estruturas de difusão de tecnologia do Estado, articulada com instituições universitárias. (Schmidt & Herrlein Jr., 2001, p.17)

A pesar do investimento do governo Estadual, Federal, as bases municipais devem estar articuladas para estas políticas regionais.

Mesmo tendo estas iniciativas para uma mudança na região, ainda encontra-se o descaso das políticas públicas no que diz respeito a potencializar a Metade Sul, como uma região industrial.

Um bom exemplo deste descaso é o distrito industrial de Santa Maria, que na busca de melhorar sua infraestrutura, tinha um projeto de revitalização, no qual tinha promessa do então candidato a governador Olívio Dutra de injetar 6,5 milhões para revitalizar o distrito industrial, mas até o momento,

¹⁴ Para maiores detalhes ver (Botelho, 1998).

já no fim do mandato deste governo, foi repassado para o distrito industrial a pífia quantia de 250 mil reais. (Costa Beber, 2002).

Isto mostra que se as políticas dos governos locais, estaduais e a sociedade que estiver envolvida, não se articularem, para a execução dos benefícios, mesmo os locais que já desfrutam de uma certa infraestrutura para o desenvolvimento de uma reestruturação produtiva, podem ficar legados ao descaso, pois as forças de mercado tendem sobremaneira a movimentar os capitais para regiões já consolidadas, que no caso do Rio Grande do Sul, tendencialmete é a Metade Norte.

Conforme Torres (2000, p.15) “Para desenvolver clusters devem ter como supostos algumas características, nem sempre existentes em todos os locais do Brasil”.

Estas características são observadas na seqüência, e pode-se verificar que existem vários parâmetros semelhantes com as políticas da Terceira Itália.

As características são:

- a) tradição local de uma linha de produtos, mesmo que artesanal;
- b) experiência de cooperação entre agentes produtivos locais;
- c) fatores locacionais favoráveis /recursos naturais, logística, energia etc;
- d) presença de um agrupamento embrionário de empresas produtoras;
- e) presença de um centro tecnológico;
- f) recursos humanos; e
- g) ambiente institucional.

Com base nestas características pode-se dizer que despontam na Metade Sul duas cidades, Pelotas pelo antes dinâmico setor de conservas e a cidade de Rio Grande, por causa do porto e as inter-relações que este proporciona, mas tem-se que investir também nos outros setores que não apresentam boas possibilidades como estes

Conforme Fetter Jr (1999, p. 83) “É evidente que somente no longo prazo os grandes projetos serão capazes de efetivamente, mudar a fisionomia da Metade Sul, mas com impactos de lenta maturação”. Alguns autores como Galvão (2001), Gerry (2001) e Alonso (2001) não concordam com a criação de distritos industriais, principalmente se houver uma política específica para os mesmos.

As políticas, não devem atuar no sentido de criar distritos industriais, dado que seu sucesso esta fortemente relacionado às condições culturais, sociais, políticas de cada região, e não podem ser criadas deliberadamente por políticas industriais. Uma possível exceção diz respeito às políticas que visam à criação de pólos, como a concessão de espaço físico e de alguns serviços básicos, objetivando promover o nascimento de empresas ou o seu fomento nos estágios iniciais da atividade. (Botelho, 1998).

A este respeito Torres (2000, p. 18) diz que “Se existirem clusters claramente identificados e viáveis eles devem ser apoiados. Mesmo nas áreas onde as vantagens competitivas não são claras, é importante o estímulo de iniciativas pioneiras, mesmo que passíveis de fracasso”.

Nesta perspectiva percebe-se que a Metade Sul pode ser beneficiada, por que nas palavras de Schuch (2001) a Metade Sul apresenta poucos clusters por que a população é dispersa, mas claramente existem pólos identificáveis e distritos já instalados.

Desta maneira em função de todo este arcabouço sobre os distritos industriais, sua funcionalidade na região da Terceira Itália, possibilidade de aplicação entre outros, nota-se que a possibilidade de implantação deste modelo de desenvolvimento regional aqui no Estado, ou seja, aqui na Mesorregião Metade Sul, embora tendo algumas cidades que agregam o potencial para a implantação dos distritos, no seu contexto como um todo a região não satisfaz os pré-requisitos que são peculiares deste modo de produção, principalmente pelo determinismo histórico do latifúndio que não permite economias de aglomeração, e apresenta cidades sem estruturas produtivas condizentes para com a população que abrange.

E o que se parece mais importante nesta dificuldade de aplicar o modelo é o caráter do desassociativismo tanto em termos populacionais (sociedade civil) como em termos empresariais, dificultando sobremaneira a articulação dos planos de desenvolvimento regional.

5. CONCLUSÃO

As atuais disparidades da economia do Estado do Rio Grande do Sul mostram que se faz necessário políticas regionais sérias e eficazes, que sejam articuladas entre a comunidade e principais setores sociais, para assim obter-se uma alternativa viável e sustentável no contexto regional e nacional.

Nesse sentido, o estudo procurou demonstrar uma alternativa para o processo de desenvolvimento gaúcho díspar em termos sociais e econômicos, que resultou numa desigualdade regional abrupta entre a Metade Norte e a Metade Sul.

Na busca por uma revitalização e dinamização da região o estudo procura demonstrar uma alternativa, com base no modelo de desenvolvimento dos Distritos Industriais Italianos, que podem ser vistos como uma oportunidade de reconversão econômica para a Metade Sul.

Para isto as políticas regionais de desenvolvimento devem apresentar uma interface com este modelo, sobretudo com a comunidade envolvida. Pois sem o auxílio governamental (pelo menos no planejamento), as demais etapas do processo tornam-se quase que impossíveis para um Distrito Industrial alcançar êxito. A experiência dos Distritos Industriais descritas neste estudo demonstra que

pode haver a reconversão de uma região como a Metade Sul, através deste modelo, assim como no caso da Terceira Itália a busca por economias de aglomeração e incentivo ao cooperativismo deve ser a bases para a reconversão da região.

Contudo devem existir pelo menos algumas características na região como: tradição local de uma linha de produtos, experiência de cooperação entre agentes produtivos locais, fatores locacionais favoráveis (logística), bem como recursos naturais (energia), presença de um agrupamento embrionário de empresas produtoras, disponibilidade de tecnologia ou centros tecnológicos, recursos humanos e ambiente institucional. Utilizando este grupo de variáveis/pressupostos pode-se dizer que despontam na Metade Sul duas cidades, Pelotas pelo antes dinâmico setor de conservas e outras indústrias e a cidade de Rio Grande pela suas características portuária. Levando em conta o capital social insere-se neste meio Santa Maria, pela grande formação de capital humano e uma experiência em cooperativismo.

Portanto, verifica-se que as políticas, não devem atuar no sentido estrito de apenas criar distritos industriais, dado que seu sucesso este fortemente relacionado às condições culturais, sociais, políticas de cada região, e não podem ser criadas deliberadamente por políticas industriais. (a não ser para criação de espaço físico e de alguns serviços básicos), ou seja, objetivar a promoção do nascimento de empresas ou o seu fomento nos estágios iniciais da atividade. É necessário sim, criar condições claramente identificáveis que possam ser apoiadas, mesmo nas áreas onde as vantagens competitivas não são claras, pois o estímulo de iniciativas pioneiras, é fonte de cooperativismo, associativismo e outras formas de dinamizar os setores produtivos.

Em função de todo este arcabouço sobre os distritos industriais, sua funcionalidade na região da Terceira Itália, possibilidade de aplicação entre outros, percebe-se de maneira propositiva que a possibilidade de implantação deste modelo de desenvolvimento regional aqui no Estado, mais especificamente na Mesorregião Metade Sul, embora tendo algumas cidades que agregam o potencial para a implantação dos distritos, no seu contexto geral de região não satisfaz os principais pré-supostos que são peculiares deste modo de produção, principalmente pelo determinismo histórico do latifúndio que não permite economias de aglomeração, e apresenta cidades sem estruturas produtivas condizentes para com a população que abrange. Mas o grande problema e ponto fundamental a ser trabalhado é a necessidade de um ambiente institucional que agregue os interesses do desenvolvimento da região, além de formar um capital social que visualize esta necessidade de cooperação e inter-relacionamento dos agentes produtivos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, José A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul : Causas e Perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- _____. Reflexões Sobre a redefinição das Políticas Territoriais e Regionais no Brasil. **In: Ministério da Integração Nacional: Secretaria de desenvolvimento Regional**, 2000.
- BOISER, S. **Em busca do desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político**. Brasília: IPEA, 1996.
- BOTELHO, Marisa dos Reis. Disritos Industriais e Política Industrial: notas sobre tendências recentes. **Ensaio FEE** v.19, n.1, Porto Alegre, 1998.
- BRITTO, A. F. de & BONELLI, R.. **Políticas Industriais Descentralizadas: As experiências Européias e as iniciativas subnacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, texto pra discussão n. 492, 1997.
- COURLET, Claude. **Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL)**. Ensaio FEE. v. 14, n. 1, Porto Alegre, 1993.
- FETTER JR., Adolfo A. **Metade Sul do Rio Grande do Sul: lutas e desafios**. Pelotas: Ed. Universitária /UFPEL, 1999.
- GABINETE DA METADE SUL. **Metade Sul diretrizes da política governamental**. Porto Alegre, 2001.
- GABINETE DA METADE SUL. **Política de desenvolvimento regional**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 dez 2001.
- GALVÃO, A P. & COCCO, Giuseppe. **Desenvolvimento local e Espaço público: questões para a Realidade Brasileira**. Disponível em: <<http://www.Fundaj.gov.br>>. Acesso em: 10 Ago.2001.
- GALVÃO, Claudia. Sistemas industriais localizados – Promoção, Políticas Regionais, locais e governância. In: **IV Seminário de rede de PMEs do Mercosul**. Ceára:2000.
- GAROFOLI, Gioacchino. O exemplo italiano. **Ensaio FEE**. v.14, n.1, Porto Alegre, 1993.
- GERRY, Cris. **Zonas rurais na fronteira da reestruturação territorial: terceira Itália ou quarto Portugal**. 2001. Disponível em: <<http://www.Idarm.up.pt>>. Acesso em: 10 Nov.2004.
- LASTRES, et al. **Globalização e inovação localizada: Experiências de sistema locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- PIORE, M. J. & SABEL, C.F. **The Second industrial divide: Possibilities for prosperity**. New York, Basic Books. 1984.

- PORTER, Michael. O que são Clusters. Disponível em: <<http://www.fiesp.org.br>>. Acesso em: 18 Fev. 2002.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia a Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RELATÓRIO da comissão especial para o desenvolvimento da Metade Sul. **O que é a Metade Sul e o que fazer para desenvolvê-la** Corag, Porto Alegre, 1995.
- SCHMITZ, Hubert. Eficiência coletiva: Caminho de \Crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**. v.18, n.2, Porto Alegre, 1997.
- SCHMID, Carlos & HERRLEIN JR., Ronaldo. **Desenvolvimento do Rio Grande do Sul dois projetos**. Texto para discussão n 2001/9, Disponível em: <<http://www.Ufrgs.br/cpge>>. Acesso em: 28 Set. 2001.
- _____. Revolvendo as relações sociais e econômicas da região meridional do RS. **In: Seminário Internacional Globalização e Integração: Crise atual e perspectivas**, Santa Maria, 2001.
- SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO RS. **O papel do Gabinete da Metade Sul**. Disponível em: <<http://www.Metadesul.scop.rs.gov.br>>. Acesso em: 03 Mar. 2001.
- _____. **Seminário de Desenvolvimento Regional construindo um modelo de desenvolvimento para o RS. (1999)** Disponível em: <http://www.scop.rs.gov.br/textos_tecnic/revista.htm>. Acesso em: 13 Jun. 2001.
- SEHN, Pedro Selomar. **O atraso da Metade Sul do Rio Grande do Sul em relação à Metade Norte: Uma análise dos aspectos históricos e da estrutura fundiária**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1999.
- Seminário Catarinense de desenvolvimento 1995** Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 14 Ago 2001.
- SOARES, Paulo R. Rodrigues. **La región Sur de Rio Grande do sul Y los Nuevos Retos de la Cuestión Regional**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.com.br>>. Acesso em: 13 jan 2002.
- SOUSA, Maria Caroline de A. F. A especialização flexível e as PMEs: algumas notas sobre a visão de Piore e Sabel. **Ensaio FEE** v.13, n.1, Porto Alegre, 1992.
- TORRES, Haroldo da gama. Possibilidades e limites de uma política Brasileira de integração nacional. **In: Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Desenvolvimento Regional**, 2000.
- URANI, André. et al. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O Caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- VERSCHOORE FILHO, Jorge Renato de Sousa **Metade Sul: Uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.